

Imprensa, cultura e modernidade: Um olhar sobre a Belém oitocentista

Geraldo Mártires Coelho¹

Universidade Federal do Pará, Belém Pará

No ensino tradicional de história, convencionava-se dividir a História em 4 quatro períodos: Antiguidade, Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea. Este último período apontava-se como tendo sido iniciado pela Revolução Francesa, e pelo conjunto dinâmico de mudanças – geralmente econômicas e políticas – que, na Europa e no mundo em geral, marcou o final do século XVIII e todo o correr do século XIX.

Já de há muito a moderna ciência da história problematizou esse esquematismo, haja vista que tais esquemas formalizam e compartimentam o curso da história, sem levar em conta e em relevo a natureza e a dinâmica de certos processos históricos. Neste caso, trata-se, quase sempre, de processos dispostos em um arco cronológico por vezes mais dilatado e mais complexo no que diz respeito aos compostos materiais e mentais desses processos. Este é o caso da imprensa e sua relação com o conceito de modernidade.

Desde que Gutenberg, ainda no século XV, inventou a *tipografia*, processo de impressão utilizando tipos móveis, e já em 1450 dava à estampa o primeiro produto tipográfico saído de sua imprensa, uma obra ostentando o halo da santidade, da grandeza e da cultura: a *Bíblia*. Trabalhando o impacto que a imprensa produziu sobre as formas de representar o mundo e a sua cultura, abrindo o universo da leitura em escala dilatada, o advento da imprensa como que anuncia, meio século antes, o advento da Revolução Científica Moderna. Quando o mundo da ciência, nos domínios da astronomia, da física e da matemática, fundou a modernidade do saber no século XVI, as manifestações desses novos e revolucionários saberes amparavam-se na imprensa para sua formatação visível.

Se pensarmos a contemporaneidade também como um processo de encadeamento e desencadeamento de processos, fica evidente que os fundamentos do mundo contemporâneo e da sua cultura científica repousam nos séculos XV e XVI, antes, portanto, da Revolução Francesa de 1789, esta antecedida, ainda, pela Revolução Industrial inglesa, também no século XVIII. Ponto de partida das grandes conquistas da sociedade capitalista e técnica, a revolução inglesa inscreve-se como um dos pilares de sustentação do mundo moderno,

¹ Historiador. Doutor em História Cultural e das Mentalidades.

também cenário de outras revoluções científicas e técnicas de impensável capacidade de mudança, transformação e criação que desaguaram na nossa contemporaneidade cibernética.

Bem, e quanto à relação entre a imprensa e a modernidade, e, no caso em exame, o da modernidade brasileira, como trabalhar a equação? Principalmente entre os séculos XV e XVIII, na Europa do Antigo Regime, leia-se, do Absolutismo Monárquico, a imprensa, pensada como o jornal e como livro eram severamente censurados e controlados pelo Estado. E nas chamadas Monarquias Católicas, Portugal e Espanha, fortemente submetidas ao poder de Roma e do Papa, a censura à imprensa era, também, de fundo inquisitorial. Nada se publicava que o Trono e o Altar julgassem como sendo *maus pensamentos*, como *idéias pervertidas*, como *perigosas ideias francesas...*

Do ponto de vista da história brasileira, a completa subordinação da imprensa ao poder do Estado e da Igreja impediu que no Brasil colonial houvesse liberdade para imprimir livros e jornais sem as chamadas *licenças do Reino*. Em Portugal, o escritor e jornalista brasileiro Hipólito da Costa, também membro da proibida Maçonaria, trabalha na Imprensa Régia, uma das grandes criações do Marquês de Pombal. Em 1801, retornando de uma viagem a Londres, Hipólito da Costa é preso pela Corregedoria de Polícia por seu envolvimento com a Maçonaria. Exilando-se em Londres em 1805, em 1808 inicia a publicação do famoso *Correio Brasiliense*, levando a sua tiragem até 1822.

O *Correio Brasiliense*, mesmo proibido, entrava clandestinamente no Brasil, então colônia de Portugal, e era lido pelas elites letradas do país, um diminuto número de homens que se envolveram em movimentos de libertação da brasileira, como a *Inconfidência Mineira*, em 1789, e a *Inconfidência Baiana*, de 1798. Livros e jornais eram proibidos de entrar no Brasil, só o fazendo com licenças emitidas pelo governo português e pela Inquisição. Afinal, não havia liberdade de imprensa nem em Portugal, nem em suas colônias ultramarinas. É claro que muitos dos chamados *livros proibidos*, como os dos pensadores do Iluminismo, entraram clandestinamente no Brasil.

Em 1808, em virtude do Bloqueio Continental de Napoleão Bonaparte, a Corte de Portugal transmigrou para o Brasil e, de imediato, o príncipe D. João decretou a abertura dos portos ao comércio das nações amigas de Portugal. Nesse mesmo ano, começou a circular, no Rio de Janeiro, o primeiro jornal impresso no Brasil, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, saída da Imprensa Régia estabelecida na capital fluminense. Três anos depois, em 1811, na Bahia, veio a público o jornal *Idade de Ouro do Brasil*, o segundo a ser impresso no país. Em 1815, refletindo as mudanças pelas quais passava a antiga colônia, deu-se a elevação do Brasil à

condição de Reino Unidos de Portugal e Algarve. Em 1821, já como rei de Portugal, D. João VI retorna a Lisboa.

E no norte do Brasil, que se falar sobre a imprensa? Somente em 1822, mais precisamente a 22 de maio de 1822, com a já Província do Grão-Pará ainda subordinada a Lisboa, apareceu *O Paraense*, jornal nascido da iniciativa de Felipe Patroni, estudante paraense de Direito em Coimbra entre 1816 e 1820. Esse periódico de cunho liberal, assinalou o nascimento do jornal na Amazônia colonial, cujo principal núcleo, Belém, mantinha contatos mais frequentes e regulares com Lisboa do que com o Rio de Janeiro.

Testemunha, em Portugal, da chamada Revolução Constitucionalista de 1820, Patroni retornou a Belém e logo depois voltou a Lisboa e de lá, em 1822, trouxe o prelo e as ideias liberais, como a da liberdade de imprensa, que ele passaria a exercitar em seu jornal. A imprensa integrou uma forma de modernidade do Pará e da Amazônia: só no correr do século XIX, mais de trezentos jornais, revistas, pasquins e folhetos circularam, com duração variável, nos meios sociais paraenses. Essa modernidade, na sua mais longínqua origem, não deixa de estar atrelada ao século XV, quando Gutenberg inventou a imprensa...

Ainda que convivendo com o trabalho escravo e com altas taxas de analfabetismo, século XIX brasileiro foi o século da expansão da imprensa, quer na forma de jornais, quer na forma de revistas, algumas de circulação nacional. Para além do conteúdo político desses periódicos, espelhando o cotidiano do Estado imperial brasileiro e do papel de suas elites, a imprensa abrigava, ainda, um conteúdo cultural significativo. De uma maneira geral, esses jornais e essas revistas abrigavam páginas voltadas para a vida literária, para a música, para o teatro e, ainda, para as dinâmicas da sociabilidade mundana do Brasil oitocentista.

Esse processo foi bem expressivo em Belém durante a chamada *belle époque* da borracha. Ainda que a chamada *belle époque* amazônica apareça tradicionalmente identificada e situada nas duas décadas finais do século XIX e na primeira do século XX, quando se processa o máximo desenvolvimento da cadeia de produção e de comercialização da borracha, é preciso considerar que a inserção da Amazônia na segunda grande onda do capitalismo internacional é anterior enquanto processo. De fato, desde os anos de 1850 que Belém transformara-se em centro consumidor de produtos industrializados ingleses ou de bens de consumo, sobretudo de vestuário, franceses. Os círculos letrados da cidade também tinham à sua disposição títulos da literatura francesa, o que pode ser constatado em notícias saídas em jornais da Belém da época sobre as cargas chegadas à cidade, jornais, aliás, de grande importância para o cotidiano urbano, a exemplo de *Treze de Maio* (1840-1862) e do *Diário do Gram-Pará* (1853-1892). E em 1878, abriram-se as portas do Teatro da Paz, um marco da

cultura mundializada absorvida pelas elites da Belém que entrara a fundo na economia do *látex*.

Em 1889, deram-se as efusivas e mesmo cívicas comemorações do primeiro centenário da Revolução Francesa, quando os corações e mentes das elites letradas da Belém da borracha e das elites urbanas cultas do Brasil como um todo voltaram-se para Paris, a capital do Grão-Pará era uma vitrine. Abertas as portas do Teatro da Paz no ano de 1878 e então começada a primeira temporada lírica num teatro de ópera construído no meio da floresta tropical, a civilização cinzelara seu grande espelho, afirmando o poder simbólico de uma cultura que mundializara suas linguagens e suas representações. A ópera, de que foi exemplo a produção de Carlos Gomes, ocupava quase que simultaneamente a cena lírica de Milão, Lisboa, São Petersburgo. Rio de Janeiro e Belém do Pará. Se, ao findar a década de 1850, estabelecimentos comerciais vendiam rendas francesas e livrarias davam a conhecer a literatura de Lamartine, a década de 1880 foi decisiva para a construção da rede de espaços que construía e faziam movimentar os comportamentos da sociabilidade urbana da Belém da borracha. Inclusive a formação do patrimônio intelectual de suas elites cultas!

Bancos, casas comerciais, teatros de revista, cafés, agremiações musicais, jornais, grupos de escritores, escolas comerciais compunham a face visível, urbanizada e proclamadamente europeizada de uma cidade que o ritmo da economia do látex agilizava. Nesse sentido, multiplicavam-se os processos de reprodução dos elementos da cadeia mundializada da cultura que a sociedade hegemônica do capitalismo industrial produzia no final do século XIX. Tratava-se, é preciso voltar a enfatizar, do que o discurso do progresso do otimismo burguês apontava como a inevitável e necessária mundialização da civilização e das vantagens que traria para os povos do mundo. Assim disse o Príncipe Albert, em Londres, na Exposição Internacional de 1851, cujo ícone por excelência foi o célebre Palácio de Cristal.

Sem dúvida alguma, o consumo das letras francesas, fosse na forma da literatura, da sociologia ou da filosofia – inclusive a filosofia científica – ou ainda o das filosofias científicas inglesas, sobretudo do Evolucionismo, marcou a formação das elites cultas da Belém da borracha. Este é um domínio da *Belle Époque* amazônica mais difícil de trabalhar, na medida em que implica o tratamento de um bem cultural cuja especificidade, na maioria das vezes, dispõe de registros públicos fragmentados. De qualquer modo, como foi assinalado anteriormente, é possível acompanhar, no registro de jornais de 1850 para frente, referências à chegada a Belém de títulos de uma diversificada literatura francesa, o que certamente explica o fato de alguns dos principais jornais de Belém do final do século XIX manterem espaços

destinados a matérias literárias e científicas. No caso mais visível das letras francesas, de Lamartine a Comte, passando por Hugo e Saint-Simon, os círculos letrados da Belém *fin de siècle* mostravam-se fortemente contingenciados pela cultura acadêmica da França novecentista.

Somente em relação à presença e à força do Positivismo de Comte em Belém, é importante ressaltar que José Veríssimo, residente na capital do Pará entre 1880 e 1884, atuou como doutrinador positivista. Nas páginas de jornais como *Diário do Gram-Pará* e *Gazeta de Notícias*, Veríssimo trabalhou sistematicamente o pensamento comteano, e as matérias que estampou no segundo desses periódicos serviram de fundamento para a obra intitulada *Emílio Littré*, dada à estampa por José Veríssimo em 1881. Dois anos depois, e para além da sua linha de reflexão teórica, publicaria ele a sua *Revista Amazônica*, saída em onze números e transformada em espaço de exercício intelectual dos nossos homens de letras. Entre 1896 e 1897, atuou em Belém a associação cultural *Ordem e Progresso*, reunindo engenheiros, homens públicos e homens de letras. Seu jornal, igualmente intitulado *Ordem e Progresso*, foi página doutrinária e espaço de filosofia política, estampando em seu cabeçalho a máxima doutrinária de Comte: *O amor por princípio, a ordem por base e o progresso por fim*.

A afirmação do Positivismo em meio aos quadros das elites cultas da Belém do final do século XIX é duplamente reflexiva. Pela ótica política, filtra-se a presença da doutrina positivista em meio aos republicanos brasileiros, muitos dos quais fizeram a campanha republicana inspirados nos ensinamentos de Benjamin Constant no Rio de Janeiro, a exemplo de Lauro Sodré. Pelo prisma filosófico, chega-se ao discurso do Progresso na forma pela qual foi redefinido no Brasil do final do Oitocentos, e do qual o mesmo Lauro Sodré, Governador do Pará (1891-1897) foi um arauto de grande representatividade. De uma maneira geral, portanto, era bem expressiva a marca do Positivismo na condução do pensamento e das práticas dos intelectuais da Belém da *Belle Époque* da borracha.

Alguns indicadores podem lançar luz sobre a vida intelectual – incluindo, é claro, a sua dimensão científica – da Belém que atravessou a segunda metade do século XIX. Na medida em que a cultura é um dos níveis, o simbólico, das relações concretas das sociedades entre si, fica evidente o atrelamento do homem de letras do tempo às matrizes do pensamento europeu e às leituras que produziu acerca do sentido de Progresso e de Civilização. Afinal, observou-se em passagem anterior, a *Belle Époque* encarnou e representou o otimismo burguês diante da inevitabilidade do progredir e do civilizar que o tempo das conquistas técnicas e das realizações materiais do capitalismo exaltava. Da organização da *Sociedade Filomática Paraense* (1866) à constituição da *Mina Literária* (1895), passando pela

instituição do *Museu Etnográfico e de História Natural* (1871) – depois *Museu Paraense Emílio Goeldi* – ciência e literatura eram pensadas como atributos e virtudes do sujeito social de um tempo em que Progresso e Civilização eram imperativos categóricos da História.

As dinâmicas que levaram à constituição, a 1º de janeiro de 1895, da associação cultural *Mina Literária*, revelam que a constituição de uma corporação de homens de letras era estratégica à definição de um campo intelectual socialmente representativo, reconhecido e legitimado na Belém cosmopolita e mundana do final do Oitocentos. Uma das principais figuras desse movimento, J. Eustáquio de Azevedo, bem define a figura do intelectual, mas, sobretudo, do polígrafo, do escritor de muitas narrativas que dominou os cenários letrados do Brasil urbano do final do século XIX, em particular do Rio de Janeiro nos anos da *Belle Époque* carioca. Artigos, crônicas, conferências, poesia, novelas, e mais traduções de escritores ingleses e franceses, saíam da pena de Jacques Rolla, pseudônimo muito tempo usado por Eustáquio de Azevedo.

O aparecimento da *Mina Literária* foi registrado e enaltecido naquela mesma oportunidade nas páginas de *O Paiz*, do Rio de Janeiro, precisamente por revelar o esforço dos homens de letras que, observados pelo óculo assestado da Capital Federal, tocavam a vida intelectual de um Brasil visto como periférico, provincial, homens esses que se mostravam como cruzados da literatura e do saber nos limites impensáveis do país. A *Mina Literária* mantinha uma organização marcada por uma certa forma de esoterismo, relacionando-a à terra profunda e os seus membros à qualidade, ao valor dos minerais nobres, das gemas raras e preciosas. A *Mina Literária* mostrava-se simbolicamente próxima dos ideais de uma filantropia maçônica e...carbonária. Seus quadros reuniam a quase totalidade dos homens de letras de Belém, reconhecidos por seu papel intelectual e por sua identidade social. *Mineiros* eram, também, Lauro Sodré, Serzedelo Correia, Paes de Carvalho, Américo Santa Rosa, Tito Franco de Almeida, e ainda o Barão de Guajará e o Barão de Marajó.

Bem mais do que uma sociedade de *dilettanti*, a *Mina Literária* procurou manter uma atividade editorial básica, expressivamente significativa considerando-se as dificuldades editoriais num mercado fora do eixo livreiro de Rio de Janeiro e São Paulo. Afinal, o livro era um produto, um bem de mercado, regida a sua existência pelas leis da compra e venda. Dos títulos dados à estampa sob a chancela da *Mina Literária*, alguns indicam a presença, o consumo e a redefinição textual do naturalismo de Zola em meio aos intelectuais de Belém, como o fez, aliás, o próprio Eustáquio de Azevedo. Outros títulos publicados revelam o gosto eclético da época, marcado pela crônica, pelo texto, pela poesia de circunstância, formas, em

última análise, das fantasmagorias estéticas que a *Belle Époque* produziu para o *divertissement* nos salões da cultura mundana do tempo.

E na virada do século XIX para o XX, durante o consulado do Intendente Antônio Lemos (1897-1911), os investimentos do Estado na modernização urbana de Belém, com suas largas avenidas, jardins, praças e monumentos, e mais serviços de saneamento e higiene conferiam uma feição cosmopolita à cidade. A capital do Pará causava espanto a homens como Euclides da Cunha, que por aqui passou nos albores do século XX. A *Belle Époque* da Belém da borracha firmara suas imagens, expandira seus mitos, enraizara suas legendas. Como na Paris de Baudelaire, aqui também miseráveis cortavam as avenidas. Em breve o Progresso e a Civilização os resgatariam para os domínios da Idade de Ouro...